



PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2020.

1) A COMPANHIA

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e

margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	1.011,75
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	4

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita: O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 396.623.363 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021 e R\$ 388.223.668 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. **3.2) Desempenho econômico-financeiro:**

	2020	2019
• Liquidez geral	2,33	2,10
• Liquidez corrente	5,61	2,31
• Relação patrimônio líquido/ativo	57,01%	52,49%
• Relação passivo não circulante/ativo	39,88%	41,05%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	14,46%	15,92%
• Relação lucro operacional/patrimônio líquido	21,57%	25,00%
Ativos Totais - R\$	3.951.612.815	3.749.405.902
Lucro líquido do exercício	325.735.271	313.250.269

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas

e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as empresas do Grupo SGBH além de suas sedes no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH e suas subsidiárias vêm operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos, prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2021

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	187.262.846	96.817.831	Fornecedores - terceiros	10	15.664.166	70.341.584
Concessionárias e permissionárias	7	42.139.205	41.484.575	Fornecedores - partes relacionadas	23	6.297.979	15.076
Contas a receber - partes relacionadas	23	1.034.306	288.105	Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	46.908.257	45.023.217
Estoques		180.366	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	14.534.544	36.168.229
Adiantamento a fornecedor		256.366	1.387.378	Outros impostos a pagar	12	8.066.941	16.071.671
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	42.636.659	18.854.456	Taxas regulamentares	13	3.552.362	2.040.262
Outros impostos a recuperar	8	1.946.340	1.910.495	Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	16	24.967.722	70.658.210
Ativo de contrato	9	413.367.315	398.109.605	Outros passivos circulantes		2.816.128	1.955.506
Outros ativos circulantes		567.501	266.670			122.808.099	242.273.755
		689.390.904	559.119.115	Passivo não circulante			
Ativo não circulante				Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	545.662.158	585.301.827
Títulos e valores mobiliários	6	20.875.439	25.490.743	Compensação ambiental		11.131.881	-
Ativo de contrato	9	3.239.751.190	3.151.481.039	Impostos diferidos	15	1.019.097.825	942.448.426
Outros ativos não circulantes		4.080	-			1.575.891.864	1.527.750.253
Imobilizado		1.467.975	1.663.394	Patrimônio líquido	16		
Intangível		123.227	162.875	Capital social		675.001.000	675.001.000
		3.262.221.911	3.178.798.051	Reserva de retenção de lucros		840.872.784	611.280.526
Total do ativo		3.951.612.815	3.737.917.166	Reserva de lucros a realizar		644.907.789	644.907.789
				Reserva legal		52.990.607	36.703.843
				Reserva de incentivos fiscais		39.140.672	-
				Total do passivo e do patrimônio líquido		3.951.612.815	3.737.917.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	Reservas de lucros					Lucro (Prejuízo) acumulado	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial de lucros	Reserva de incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	675.001.000	21.041.330	395.787.410	644.907.789	-	-	1.736.737.529
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	313.250.269	313.250.269
Juros sobre capital próprio	-	-	(82.094.640)	-	-	-	(82.094.640)
Constituição da reserva legal	-	15.662.513	-	-	-	(15.662.513)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	297.587.756	-	-	(297.587.756)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 16)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	675.001.000	36.703.843	611.280.526	644.907.789	-	-	1.967.893.158
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	325.735.271	325.735.271
Constituição da reserva legal	-	16.286.764	-	-	-	(16.286.764)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM	-	-	-	-	39.140.672	(39.140.672)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	270.307.835	-	-	(270.307.835)	-
Dividendos adicionais conf. AGE de 08 de julho de 2020	-	-	-	-	-	-	(11.341.787)
Juros sobre capital próprio conf. AGO de 28 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	(29.373.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	675.001.000	52.990.607	840.872.784	644.907.789	39.140.672	-	2.252.912.852

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada no Estado do Mato Grosso. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 13 de janeiro de 2019, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$ 334.568.197,00 sem deságio frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, pelo prazo de 30 anos. A Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Mato Grosso: (i) Linha de Transmissão composta pelo terceiro circuito em 500kV entre as subestações Paranaíta - Cláudia - Paranaíta - Ribeirãozinho, em circuito simples, com extensão aproximada de 1.005km; (ii) Equipamentos de compensação de reativos, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** De acordo com o contrato de concessão nº 10/2016 firmado entre a Paranaíta e a Agência Nacional e Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R\$ 334.568.197 (trezentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e noventa e sete reais), data-base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula pré-estabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base. A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 13 de janeiro de 2019 conforme emissão do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo ONS. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 388.223.668 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 396.623.363 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. **1.3. Coronavírus (COVID-19): Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde. **Medidas de assistência governamental:** Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, as quais foram adotadas pelas companhias do Grupo, com destaque para as seguintes: (i) Postergação do recolhimento do PIS e da Cofins, assim como da contribuição previdenciária relativos às competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020; (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, o qual deverá ser pago a partir de julho e poderá ser parcelado em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020. (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais

autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020; e (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias, como DCTF e EFD, entre outras. A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão deste relatório, tem caráter temporário e servirá para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses, em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020. **Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade:** A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Entre essas medidas, destacam-se as seguintes: (i) Adoção de trabalho em casa para seus funcionários, para evitar deslocamento e risco potencial de contágio; (ii) Implementação do Protocolo Covid-19 de Condição e Comportamento de Trabalho Seguro, que estabelece diretrizes para proteger as pessoas em cada local de trabalho e ambientes, veículos, atividades e viagens; (iii) Webinar de Retorno de Trabalho Seguro aplicado a todos os funcionários, a fim de compartilhar as novas regras e rotinas a serem aplicadas a nível da empresa; (iv) Retorno de Trabalho Seguro aplicado em 3 fases para retorno do escritório do Rio; (v) Para reduzir a exposição ao risco de contágio dos empregados que utilizam o transporte público e puderam retornar ao trabalho no Rio Office, a empresa disponibilizou transporte individual gratuito para os que necessitarem; (vi) Adoção de novos testes confiáveis e indolores conhecidos como RT-Lamp; (vii) Testes preventivos de rotina em massa aplicados aos funcionários para identificar precocemente a infecção da COVID-19 e prevenir contágio posterior a outros funcionários, terceiros e sociedade; (viii) Testes de rotina aplicados a casos suspeitos; (ix) Intensificação das rotinas de limpeza e higienização de todas as unidades de trabalho; (x) Sinalização informativa aplicada a todas as unidades; (xi) Distanciamento social aplicado em escritórios, veículos, atividades, treinamentos, restaurantes; (xii) Fornecer EPI adequado e reforçar a necessidade de seu uso correto; (xiii) Intensificação da higienização e higienização das mãos com álcool 70%; (iv) Impacto nas demonstrações financeiras: No exercício de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e sensibilizou suas premissas para possíveis cenários de: (i) Deficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como deficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA). (ii) Impactos no fluxo de caixa que vêm sendo medidos mediante simulações. Os impactos no ano de 2020 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da empresa que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Nos primeiros meses do ano esta conta registrou perdas, que, no entanto, foram parcialmente compensadas nos meses do segundo semestre do ano, gerando baixo impacto, ainda que negativo, no acumulado do ano de 2020. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,9% da RAP. No que tange às despesas, o mesmo se verificou. Os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc.) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio de 0,6% no total anual das despesas, patamar considerado imaterial.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 30 de março de 2021. **2.1. Estimativas e premissas:** As

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	444.066.592	433.912.144
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros do empréstimo e do financiamento	43.510.310	65.937.438
Depreciação e Amortização	243.836	243.099
Provisão para perda de crédito esperada	406.291	178.072
Outras provisões - compensação ambiental (Aumento) redução nos ativos operacionais	1.436.246	-
Concessionárias e permissionárias	(1.060.921)	(41.662.647)
Contas a receber - partes relacionadas	(746.201)	(284.543)
Ativo de contrato	(103.527.861)	(308.992.440)
Estoques	(180.366)	-
Impostos a recuperar	(23.818.048)	(18.621.047)
Adiantamento a fornecedores	1.131.012	1.309.201
Outros ativos	(304.911)	598.799
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(48.394.514)	52.233.154
Tributos e contribuições sociais	(20.199.137)	45.966.650
Partes relacionadas	-	15.076
Taxas regulamentares	1.512.100	2.040.262
Compensação ambiental	9.695.635	-
Juros pagos	(39.869.879)	(43.168.597)
Impostos pagos	(55.527.268)	(33.533.090)
Outros passivos	860.625	(423.574)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	209.233.541	155.747.957
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Imobilizado e intangível	(8.771)	(1.775.687)
Títulos e valores mobiliários	4.615.305	(25.490.743)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	4.606.534	(27.266.430)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	-
Empréstimos e financiamentos captados	-	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(41.395.060)	(550.000.000)
Dividendo pagos	(12.219.556)	(3.120.086)
Juros sobre capital próprio	(69.780.444)	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(123.395.060)	(553.120.086)
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	90.445.015	(424.638.559)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.817.831	521.456.390
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	187.262.846	96.817.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCS) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da empresa o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que



PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias.

3.3. Estoques: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4. Ativo de concessão: Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de contrato: A partir de 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras dessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio de valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.5. Ativo imobilizado: Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que têm seu resultado registrado na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6. Ativo intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

3.8. Impostos: Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as incluídas ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou excluídas de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9. Provisões para contingências: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.12. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13. Receita operacional: A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente à reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos contratuais de concessão. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.14. Instrumentos financeiros: A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.15. Meio ambiente: Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo imobilizado até o final da construção e serão depreciados pelo prazo de concessão.

3.16. Fluxo de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.17. Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

4.1 Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2020, são as seguintes: • Contratos onerosos (alterações ao CPC 25); • Reforma de taxas de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06); • Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26). Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	1.000	1.000
Bancos	9.531.304	9.985.208
Aplicações financeiras (i)	177.730.542	86.831.623
	187.262.846	96.817.831

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 103,53% da taxa CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Conta reserva - financiamentos	20.875.439	25.490.743
	20.875.439	25.490.743

Saldos apresentados como não circulante para atender às exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 11). Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	41.930.085	40.579.778
Vencidas até 30 dias	14.813	181.699
Vencidas até 60 dias	25.909	48.010
Vencidas até 90 dias	41.986	46.224
Vencidas há mais de 90 dias	311.991	806.936
	42.324.784	41.662.647
Provisão para Perda de crédito esperada (PCE)	(185.579)	(178.072)
	42.139.205	41.484.575

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	(178.072)	-
Reversão	199.392	-
Provisão	(206.899)	(178.072)
Saldo em 31 de dezembro	(185.579)	(178.072)

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ saldo negativo (i)	18.434.717	1.884.819
CSLL saldo negativo	6.936.934	-
IRRF a recuperar	13.158.141	12.946.628
CSLL a recuperar	4.106.867	4.023.009
	42.636.659	18.854.456
	31/12/2020	31/12/2019
Pis a recuperar	281.552	281.552
Cofins a recuperar	1.299.473	1.299.473
INSS	272.206	215.862
Outros	93.109	113.608
	1.946.340	1.910.495

(i) Variação refere-se a saldo negativo IRPJ de 2019.

9. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	413.367.315	398.109.605
Não circulante	3.239.751.190	3.151.481.039
	3.653.118.505	3.549.590.644

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 está assim apresentada:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.549.590.644	3.549.590.644
Receita de O&M	38.987.643	-
Receita de remuneração	501.453.792	-
Recebimentos	(436.910.597)	-
Imobilizado em curso	(2.977)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.653.118.505	3.549.590.644
Circulante	413.367.315	-
Não circulante	3.239.751.190	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.240.598.203	3.240.598.203
Receita de construção	242.849.615	-
Receita de O&M	35.949.423	-
Receita de remuneração	476.482.362	-
Recebimentos	(405.472.796)	-
Imobilizado em curso	(40.816.163)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.549.590.644	3.549.590.644
Circulante	398.109.605	-
Não circulante	3.151.481.039	-

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadoras), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede; • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

10. FORNECEDOR

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para encerramento de obra (i)	10.718.858	57.123.384
Fornecedores relacionados à construção	4.719.839	12.603.973
Gastos ambientais e fundiários	15.957	3.466
Serviços	130.972	293.402
Outros	78.540	317.359
	15.664.166	70.341.584

(i) Variação refere-se a notas faturadas de materiais e serviços relacionadas a fase de construção.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida:		Juros,	Novas	Saldo
Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos
BNDES	out/18	jan/34	SGBH TJLP +2,33%	592.570.415
				630.325.044
				592.570.415
				630.325.044
Circulante				46.908.257
Não circulante				545.662.158
				592.570.415
				630.325.044

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Financiador	Saldo		Liquidação	Novas	Liquidação	Saldo
	inicial	variação				
	bruto	monetária	juros	ações		bruto
BNDES	630.325.044	43.510.310	(39.869.879)	-	(41.395.060)	592.570.415
Total	630.325.044	43.510.310	(39.869.879)	-	(41.395.060)	592.570.415

Juros, Novas Saldo

Financiador	Saldo		Liquidação	Novas	Liquidação	Saldo
	inicial	variação				
	bruto	monetária	juros	ações		bruto
BNDES	580.084.321	50.240.723	-	-	-	630.325.044
Debênture						
SGBH	577.471.882	15.696.715	(43.168.597)	-	(550.000.000)	-
Total	1.157.556.203	65.937.438	(43.168.597)	-	(550.000.000)	630.325.044

Debênture SGBH: Em 28 de fevereiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº 468 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis, da Espécie Quirografária, em Duas Fases entre a Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série no valor de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento. Sobre o montante, incidiram juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-útie com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano. O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), foi totalmente amortizado em 2019. **BNDES:** Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R\$ 922.672.768,00 (novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão, até 31 de dezembro de 2018 havia sido liberado um montante de R\$ 580.083.321 (quinhentos e oitenta milhões oitenta e três mil trezentos e vinte um reais) sobre os quais incidiram sobre os quais incidirão juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15



PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

13. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2020	31/12/2019
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (i)	3.423.451	1.859.880
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	128.911	180.382
	3.552.362	2.040.262

(i) P&D: Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização; (ii) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 28 de julho de 2020, através do Despacho nº 2.212 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2020 a junho de 2021 de R\$ 1.546.931.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. **Contingências possíveis (não provisionadas):** Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2020	31/12/2019
Cível (i)	4.478.275	1.361.301
Servidões	1.285	-
Fiscal (i)	1.396.695	-
	5.876.255	1.361.301

(i) Variação refere-se substancialmente em mudança de prognóstico devido ao andamento dos processos em 2020.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos diferidos ativos (i)	-	11.488.736
Impostos diferidos passivos (ii)	(1.019.097.825)	(953.937.162)
	(1.019.097.825)	(942.448.426)

(i) Os impostos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal de 2018; (ii) Os impostos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$675.001.000, dividido em 675.001.000 ações ordinárias nominativas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2020 e 2019
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) **Reserva Legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) **Reserva de retenção de lucros:** A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO. d) **Reserva especial de lucros a realizar:** Companhia destinou para a conta de reserva especial de lucros a realizar os resultados decorrentes dos ajustes do CPC 47, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2018. Esses valores também foram base para a constituição de reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. e) **Reserva de incentivos fiscais:** A PRTE é elegível a incentivo fiscal regional por meio de redução do imposto de renda pessoa jurídica (CIT) com base em método de cálculo denominado "Lucro da Exploração" por estar localizada na região sob jurisdição da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos. O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 102/2021 de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029. De acordo com a legislação em vigor, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia. Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020. O valor acumulado do benefício concedido à Companhia foi R\$ 39.140.672 (trinta e nove milhões cento e quarenta mil seiscentos e setenta e dois reais) em 31 de dezembro de 2020. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras. f) **Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	325.735.271	313.250.269
Reserva legal (5%)	(16.286.764)	(15.662.513)
Base de cálculo para os dividendos	309.448.507	297.587.756
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	3.094.485	2.975.878
Provisão de juros sobre capital próprio	(29.373.790)	(82.094.640)

Em 07 de outubro de 2019 foram pagos R\$ 3.120.086 referente a dividendos do exercício de 2018. Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 82.094.640 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 12.314.196 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$69.780.444. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo. Esse montante foi pago em 06 de agosto de 2020. Conforme AGO de 08 de julho de 2020, considerando o saldo de reserva de lucros existente da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 11.341.789 a serem pagos aos acionistas ao longo do ano, na proporção de sua participação acionária. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 06 de agosto de 2020. Em 28 de dezembro de 2020, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 29.373.790 referente ao exercício social de 2020. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R\$ 4.406.068 o que gerou um valor líquido a pagar de

R\$24.967.722, que será pago até dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta	523.130.207	765.561.481
Receita de operação e manutenção	38.987.643	35.949.423
Remuneração do ativo contratual	501.453.792	476.482.362
Receita de construção (i)	-	242.849.616
Ajustes de receitas variáveis (ii)	(17.311.228)	10.280.080
Deduções da receita operacional	(54.090.120)	(75.561.969)
PIS	(8.642.499)	(12.637.793)
COFINS	(39.807.875)	(58.210.442)
PFSEE	(3.750.859)	(3.598.311)
PF&D	(1.888.887)	(1.115.423)
	469.040.087	689.999.512

(i) Variação refere-se substancialmente aos custos da obra na construção da companhia em 2019; (ii) Valor refere-se a diferença entre a RAP do cálculo de ativo de contrato (projetado) e receita de AVC emitida pela ONS (realidade), que a Companhia ajusta mensalmente

18. CUSTO DE CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	(14.123.924)	(11.948.429)
Material	(873.686)	(322.106)
Serviços de terceiros	(1.056.700)	(380.170)
Arrendamentos e aluguéis	(20.922)	(49.605)
Seguros	(240.981)	(9.362)
Tributos	(63.399)	(51.122)
Custo de construção (i)	-	(164.585.174)
Custo de operação e manutenção (ii)	10.139.426	(14.893.138)
Gastos diversos	(1.686.853)	(842.613)
	(7.927.039)	(193.081.719)

(i) Variação refere-se substancialmente aos custos da obra na construção da companhia em 2019; (ii) Variação refere-se substancialmente a quitações de adiantamento de imobilizado.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal (i)	(10.595.158)	(787.992)
Material	(284.811)	(25.102)
Serviços de terceiros	(1.662.854)	(1.153.420)
Arrendamentos e aluguéis	(156.979)	(122.465)
Doações	(28.900)	(1.647.973)
Provisões	(7.507)	(178.072)
Tributos	(3.191)	(107.384)
Depreciação e amortização	(243.837)	(243.100)
Outras	(507.459)	(366.019)
	(13.490.696)	(4.631.527)

(i) Variação refere-se substancialmente a inclusão dos custos do rateio 699 na Companhia em 2020.

20. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva SUDAM (i)	39.140.672	-
Outras despesas	(775.191)	(228.408)
	38.365.481	(228.408)

(i) Valor refere-se a incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 102/2021 de fevereiro de 2021.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras	3.210.578	10.580.130
Receitas de aplicações financeiras	3.408.104	10.989.321
Tributos sobre receitas financeiras	(159.881)	(519.584)
Outras receitas financeiras	(37.645)	110.393
Despesas financeiras (i)	(45.131.819)	(68.725.844)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(43.510.310)	(58.428.211)
Juros empréstimos partes relacionadas	-	(15.696.715)
IOF, taxas e comissões	-	(1.364.722)
Variação Cambial	-	8.187.488
Outras despesas financeiras	(1.621.509)	(1.423.684)
	(41.921.241)	(58.145.714)

(i) Variação refere-se substancialmente a liquidação do empréstimo com a SGBH em 2019.

22. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	444.066.592	433.912.144
Adições/Exclusões não dedutíveis	11.100.639	33.515.985
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	-	(4.938.225)
Ajustes ICPC 01	(249.091.023)	(213.793.758)
Doações e Subv. para Investimento	(39.140.672)	-
Juros s/Capital Próprio	(29.373.790)	(82.094.640)
Lucro Real	137.561.746	166.601.506
Compensação PF/BN (30%)	-	-
Lucro Real (Após Compensação)	137.561.746	166.601.506
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(34.366.437)	(41.626.377)
Inc. Fiscais	(4.511.530)	-
IRPJ devido (25%)	(38.877.967)	(41.626.377)
IRC (9%)	(12.380.557)	(1.499.136)
IR e CS correntes	(51.258.524)	(56.620.512)
IR e CS diferidos	(67.072.797)	(64.041.363)
	(118.331.321)	(120.661.875)

Alíquota efetiva 13% 13%

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	31/12/2020	31/12/2019
23.1 Ativo:	1.034.306	288.105
Contas a receber - partes relacionadas	985.527	-
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	48.779	288.105
Outros	-	-
23.2 Passivo:	6.297.979	15.076
Fornecedores - partes relacionadas	5.395.408	-
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	9.738	9.127
Aluguel (ii)	-	5.949
Outros	892.833	-

23.3 Resultado: Resultado - partes relacionadas Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i) Aluguel (ii) (14.895.441) (15.803.331) (14.781.030) - (114.411) (106.616)

Despesa com juros de empréstimos com a SGBH (nota explicativa 20) - (15.696.715) (i) Em 21 de fevereiro de 2020 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo incluiu a Companhia no contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas; (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto à SGBH.

23.4. Remuneração da Administração (pessoal - chave):

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidas no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado Remuneração fixa e variável (*)	31/12/2020	31/12/2019
Salário	760.989	100.741
Benefícios diretos e indiretos	147.984	28.840
Encargos	401.430	84.387
Provisões (13º salário, férias e bônus)	664.598	214.286
Valor total da remuneração	1.975.001	428.254

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e Bônus.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	187.262.846	96.817.831
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias e permissionárias	7	42.139.205	41.484.575
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	592.570.415	630.325.044
Fornecedores terceiros	10	15.664.167	70.341.584
Fornecedores partes relacionadas	23	6.297.979	15.076

24.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) **Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) **Riscos cambiais:** A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. c) **Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2020	31/12/2019
Seguro Patrimonial	Risco operacional	313.190.000	477.551.858
Responsabilidade Civil	Risco Civil	20.000.000	10.000.000
Veículos	Carros	755.400	901.728
Total Seguros		333.945.400	488.453.586

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 12.525.761. Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
PRTEPM20203520	Sepco1	Termo Encerramento e Quitação - C2	16/09/2020	5.000.000
PRTEPM20203519	Sepco1	Termo Encerramento e Quitação - C3	30/09/2020	5.400.003
PRTE-ENG-2018-177	NARI	-Ribeirãozinho IB	28/09/2018	125.758
PRTE - ENG-2016-0012	CET	Contrato EPC para PRTE	21/12/2016	2.000.000
				12.525.761
Cronograma de vencimento				Em R\$
2021				12.525.761
				12.525.761